



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELA RESOLUÇÃO Nº 352/2021

CRIAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – OBJETIVOS E MOTIVAÇÃO

A solicitação para criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar a ocupação irregular de bem público, nos termos do § 3º do Art. 58, da Constituição Federal, e na forma do Art. 58 e seguintes, da Subseção II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho, com prazo determinado de 60 (sessenta) dias, com possibilidade de prorrogação por mais 60 (sessenta) dias.

A finalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito é de investigar a ocupação irregular de parte de bem público de propriedade do Município de Carazinho, que abriga as instalações e equipamentos da Secretaria e Obras, localizado na Vila Rica, nas quadras definidas pelas Ruas Claudio dos Santos, Lourival Vargas, Frederico Ozanan e John Kenedy, com objetivo de apurar a participação de agentes públicos e funcionários públicos no cometimento de crimes contra a administração pública.

Os fatos determinados indicados, foram:

- a) A ocupação irregular de bem público de propriedade do Município de Carazinho, que abriga as instalações e equipamentos da Secretaria de Obras, localizada na Vila Rica, nas quadras definidas pelas Ruas Claudio Santos, Rua Lourival Vargas, Rua Frederico Ozanan e Rua John Kennedy;
- b) A possível utilização de materiais do Departamento de Habitação, para construção das moradias irregulares, dentro do terreno do Município de Carazinho, onde se encontra instalada a Secretaria de Obras;
- c) A ligação e utilização irregular de energia elétrica e fornecimento de água da municipalidade pelos ocupantes das casas dentro do terreno do município, que tem as instalações da Secretaria de Obras;
- d) A possível participação, convivência e cometimento de crimes nas esferas cível, criminal administrativas e eleitoral, dos agentes públicos, servidor aposentado, Luiz Fernando Cavalheiro e atual Diretor de Obras – CC6, vereador licenciado e atual Secretário de Obras e Serviços Urbanos, Estevão De Loreno, ex Diretor do Departamento de Habitação e atual vereador Vanderlei Eugênio Lopes, Paulo Sergio Alves, ocupante do cargo de pedreiro, Tatiane Marques de Castro, ocupante do cargo de Servente Externo, Jorge Luis da Silva Dutra, na época Secretário Municipal Geral de Governo, e o Prefeito Milton Schmitz.

O requerimento de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito, foi solicitado, pelos vereadores, Alécio Silveira da Silva Sella, Adriel Machado, Adriano Strack, Bruno Berté, Fábio Zanetti e Valdoir Francisco de Lima.

No dia 01 de março de 2021 foi assinada pelos vereadores Adriano Strack – PRTB, Alécio Silveira da Silva Sella – PP, Bruno Berté – PDT, Valdoir Francisco de Lima – PSDB e Fábio Zanetti – PSDB, e protocolado sob o número 30998, em 01.03.2021, às 17:07:56.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



O requerimento foi deferido Pelo vereador Luís Fernando Costa de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Carazinho.

Através da RESOLUÇÃO Nº 352/2021, do dia 16 de março de 2021, criou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos descritos no requerimento.

COMPOSIÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída pelos vereadores Alcindo Martins de Quadros – PSB, Marcio Luiz Hoppen – MDB e Bruno Berté – PDT.

Foi escolhido para Presidente da Comissão o vereador Marcio Luiz Hoppen – MDB, para Relator o vereador Alcindo Martins de Quadros e para Secretário o vereador Bruno Berté – PDT.

PRAZO DE FUNCIONAMENTO

Os trabalhos deveriam ser concluídos em 60 (sessenta) dias corridos, prorrogável por igual período, mediante solicitação fundamentada ao Plenário.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

REUNIÃO 01 DA CPI – 18.03.2021

Deu-se início aos trabalhos da CPI. Foi escolhido para presidir a Comissão o vereador Marcio Luiz Hoppen para Relator o vereador Alcindo Martins de Quadros e o vereador Bruno Berté como Secretário automático, vez que a Resolução não prevê o cargo de Secretário.

O Presidente Marcio Luiz Hoppen sugeriu pedido a SEPLAN para remeter o Georreferenciamento de toda a área da Secretaria de Obras. O vereador Bruno Berté solicitou que fosse pedido mês a mês, desde 2019 até o momento. O vereador Bruno Berté também solicitou informações referentes à sindicância realizada com relação à denúncia da CPI. O vereador Alcindo Martins de Quadros concordou com as sugestões dos colegas.

Requerimentos do dia 19.03.2021:

O vereador Marcio Luiz Hoppen encaminhou requerimento a Eletrocar solicitando informações sobre o imóvel localizado na Rua Claudio Santos, nº 301, no Município de Carazinho. (fl. 08).

O vereador Marcio Luiz Hoppen encaminhou requerimento à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Obras Públicas, solicitando a disponibilização do Georreferenciamento de toda área da secretaria de Obras, desde de janeiro de 2019, com atualização mensal até a presente data.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



O vereador Marcio Luiz Hoppen encaminhou requerimento a Comissão Permanente de Sindicância/Processo Administrativo, requerendo cópia da sindicância aberta em 02 de março de 2021, cópia do material completo coletado pela sindicância, tal qual do relatório conclusivo.

No dia 22.03.2021 a Eletrocar respondeu ao pedido da CPI, informando que o imóvel localizado na Rua Claudio Santos, nº 301, está registrado sob nº 58.630. E o atual titular da unidade consumidora é Sergio Alves, CPF 003.357.390.59. Foi cadastrado o atual titular em 27.08.2019. Forneceu ainda cópia dos documentos da troca de titularidade, bem como relatório de consumo. (fls. 11 a 13).

No dia 23.03.2021 o Município de Carazinho respondeu o pedido sobre a Sindicância criada pela Portaria nº 121, de 02 de março de 2021. A resposta dos Membros que compõe a Comissão de Sindicância foi que devido a situação da pandemia não avançaram nos trabalhos, e que os mesmos estão dentro do prazo. Juntou documentos (fls. 18 a 26).

No dia 31 de março de 2021 a Secretaria de Planejamento respondeu que o setor de Georreferenciamento pertence à Secretaria da Fazenda. Juntou resposta do setor (fl. 86), mencionando que o Georreferenciamento consiste em uma única foto aérea, datada de dezembro de 2017, cuja cópia encaminha em anexo. A foto se encontra no Anexo II.

Requerimentos dia 24.03.2021:

O vereador Marcio Luiz Hoppen requereu a CORSAN, informações sobre a unidade consumidora situada na Rua Claudio Santos, nº 301. (fl. 29).

Também requereu à Presidência da Câmara de Vereadores o áudio da sessão do dia 08.03.2021, para utilização na CPI (fl. 30).

No dia 26.03.2021 a CORSAN respondeu ao requerimento de fl. 29. Juntou documentos em nome de Manoel Aldorindo Martins de Oliveira, Termo de Permissão de Uso para Moradia (fls. 51, 52). Também juntou relatórios de consumos do imóvel, tendo como consumidor Paulo Sergio Alves (fls. 48 a 50).

O áudio do pronunciamento do vereador Vanderlei Lopes, foi disponibilizado e encontra-se no Anexo I.

REUNIÃO 02 DA CPI - 24.03.2021.

Inicialmente, os membros da CPI, discutiram sobre a forma de gravação da reunião e sua publicidade. Havendo divergências, o Presidente vereador Marcio Luiz Hoppen suspendeu a reunião para solicitar parecer jurídico.

O vereador Presidente comentou sobre a vinda das respostas da ELETROCAR e da Sindicância, que todos os membros da CPI receberam cópia.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



Comentou-se que o requerimento do Georreferenciamento não tinha sido respondido. O vereador Bruno Berté comentou sobre o pedido de afastamento do Secretário de Obras, Estevão De Loreno.

O vereador Marcio Luiz Hoppen mencionou que os pedidos deveriam ser comentados por todos os membros da CPI e não de forma individual.

Após as manifestações, os membros decidiram que as deliberações seriam de forma individual e encaminhadas aos respectivos órgãos.

Requerimentos do dia 25.03.2021:

O vereador Marcio Luiz Hoppen solicitou aos vereadores que fizeram o pedido da criação da CPI todos os documentos que tenham referentes aos fatos investigados, para serem apresentados no prazo de dez dias.

Os vereadores juntaram 02 (dois) pen drives 32 GB, com evidências e gravações das sessões.

REQUERIMENTO RECEBIDO PELA CPI DO VEREADOR VANERLEI LOPES

O vereador Vanderlei Lopes requereu com quem se encontrava o arquivamento das informações da CPI, bem como esclarecimentos sobre a divulgação dos trabalhos da CPI nas redes sociais.

A CPI respondeu o requerimento do vereador Vanderlei Lopes no dia 29 de março de 2021. (fl. 84).

REUNIÃO 03 CPI - 30.03.2021.

Os membros comentaram sobre o recebimento de resposta do requerimento realizado à CORSAN e também do áudio da manifestação do vereador Vanderlei Lopes.

O Presidente comentou sobre os requerimentos aos vereadores autores da CPI, para apresentação de provas. O vereador Bruno mencionou que estavam providenciando.

O vereador Bruno sugeriu que a comissão ouvisse os funcionários públicos do setor de planejamento, Reinaldo e Hermes. Também solicitou o afastamento cautelar do Diretor de Execução de Obras, Luiz Fernando Cavalheiro, requereu de informações a respeito da existência ou não de ordem de despejo ou desocupação dos possíveis moradores da invasão na Secretaria de Obras, solicitou ata do Conselho Municipal de Habitação em relação a invasão e solicitou novamente o afastamento cautelar do Secretário de Obras, Estevão De Loreno.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



Os membros comentaram que a Secretaria de Planejamento ainda não enviou a resposta sobre o Georreferenciamento sobre a Secretaria de Obras. Deliberaram sobre as filmagens e arquivo das mesmas. Decidiram que as oitivas, só seriam divulgadas ao final da CPI, se solicitadas.

DOCUMENTOS REMETIDOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Juntou-se por parte do Município de Carazinho documentos diversos documentos (fls. 58 a 75). Incluindo memorando do Prefeito, determinando a Procuradoria Jurídica providências Administrativas e Judiciais sobre as possíveis irregularidades na construção de moradias em área pública, onde está localizada a Secretaria de Obras.

Despacho da Procuradoria Jurídica para a Secretaria de Planejamento, no seguinte teor: "Providenciar, matrículas atualizadas da área, mapa identificando as construções, objeto das notificações em 26.02.2021, com respectivo levantamento fotográfico".

Juntada as notificações para desocupação da área pertencente ao Município de Carazinho no prazo de 30 (trinta) dias (fls. 59 a 60).

Juntada de relatório sobre o levantamento da área, ilustrada com fotografias, com todas as informações das supostas construções irregulares (fls. 66 a 75).

É importante frisar que a Secretaria de Planejamento, através do setor de fiscalização, já havia notificado os moradores para que desocupassem a área de propriedade do Município. Data anterior ao requerimento de abertura de CPI, sobre as possíveis irregularidades nas construções no local da Secretaria de Obras.

Requerimentos do dia 26.03.2021:

O vereador Bruno Berté requereu ao Prefeito Municipal o afastamento cautelar do Secretário de Obras, Estevão De Loreno; requereu o afastamento cautelar do Diretor de Obras, Luiz Fernando Cavalheiro; requereu informações a respeito da existência ou não da ordem de despejo ou desocupação, na área da Secretaria de Obras; requereu ata do Conselho Municipal de Habitação sobre a existência de ata deliberando sobre a autorização para moradia na casa de número 301, localizada na Rua Claudio Santos.

No dia 07 de abril de 2021 o Departamento de Habitação remeteu cópia da ata do Conselho Municipal de Habitação referente à moradia na Rua Claudio Santos, nº 301.

No dia 09.04.2021 o Município de Carazinho respondeu através do Departamento Jurídico que foram ajuizadas as ações possessórias relativas às três invasões (fls. 117 a 119). ANEXO VII.

No dia 12 de abril de 2021 o Prefeito Municipal respondeu sobre o pedido de afastamento cautelar do Secretário Estevão De Loreno e do Diretor de Obras, Luiz Fernando Cavalheiro, quando juntou parecer do Departamento Jurídico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



Requerimentos do dia 29.03.2021:

A CPI requereu à Secretaria de Planejamento o relatório de vistoria da área que abriga as instalações e equipamentos da Secretaria Municipal de Obras, localizada na Vila Rica. Também requerem a presença dos servidores que realizaram o relatório, para prestarem informações.

No dia 06 de abril de 2021, foi entregue o mapa do levantamento realizado na área da Secretaria de Obras. ANEXO III.

Requerimentos do dia 06.04.2021:

O vereador Bruno Berté requereu solicitação de imagens de satélite, mencionadas pelos Servidores, Reinaldo e Hermes, quando de suas oitivas no dia 06.04.2021, na CPI.

O vereador Bruno Berté requereu a CORSAN remessa da documentação que autoriza a ligação de água em nome Paulo Sergio Alves, no imóvel localizado na Rua Claudio Santos, nº 301.

O vereador Alcindo de Quadros requereu que a Secretaria de Planejamento enviasse cópia da matrícula do Registro de Imóveis, onde está localizada a Secretaria de Obras.

No dia 20.04.2021, foi disponibilizado a CPI um CD, com imagens de satélite da área da Secretaria de Obras (fl. 132 e 133). ANEXO IV e V.

No dia 07 de abril de 2021, a CORSAN juntou os documentos que autorizaram a ligação de água em nome de Paulo Sergio Alves, na Rua Claudio Santos, nº 301 (fls. 108 a 116). Consta documento assinado pelo vereador Vanderlei Lopes, na época Diretor Departamento de Habitação e Jorge Dutra, na época Secretário Municipal Geral de Governo (fl. 114).

No dia 13.04.2021 foi remetido à CPI a cópia da matrícula do Registro de Imóveis da área da Secretaria de Obras (fls.135 a 137).

Requerimento do dia 12.04.2021:

O vereador Bruno Berté solicitou ata do Conselho Municipal de Habitação que deliberou referente a ocupação do imóvel por parte de Paulo Sergio Alves, na Rua Claudio Santos, nº 301.

No dia 14 de abril de 2021, veio a resposta ao requerimento, afirmando não existir documentos no Departamento de Habitação, sobre moradia de Paulo Sergio Alves, na Rua Claudio Santos, nº 301 (fls.126 e 127).

Requerimento do dia 29.04.2021:

O vereador Bruno Berté, requereu: a) As câmeras de segurança da Secretaria de Obras estão em funcionamento? b) As câmeras de segurança da Secretaria de Obras estiveram em



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



funcionamento em todo o período compreendido entre os anos de 2017 a 2021? c) Por quanto tempo as gravações das câmeras de segurança são armazenadas? d) Existe um funcionário da Secretaria de Obras responsável por esse sistema de segurança?

Requerimento do dia 06.05.2021:

O vereador Bruno Berté, solicitou os documentos e informações sobre o registro de entrada de visitantes dos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

No dia 21 de junho de 2021 a Secretaria de Obras informou que o funcionário responsável pelas informações, encontra-se em tratamento do COVID.

Requerimento do dia 10.05.2021:

O vereador Bruno Berté solicitou cópia da sindicância instalada no dia 02.03.2021, conforme Portaria nº 121.

Foi juntada cópia da sindicância no ANEXO VI.

Requerimento do dia 07.06.2021:

O vereador Bruno Berté requereu as informações sobre dos processos de ações possessórias em desfavor de Gelson Antônio de Oliveira Costa, Paulo Sergio Alves e Tatiane Marques de Castro. Requereu os nomes dos profissionais terceirizados responsáveis pelo controle de acesso da Secretaria de Obras, nos anos de 2017 a 2021.

No dia 24.06.2021 o Município informou a situação dos processos solicitados, fornecendo inclusive o número de chave dos mesmos (fls. 267 e 268) e ANEXO VII, VIII, IV.

Requerimento do dia 21.06.2021:

O vereador Bruno Berté requereu à ELETROCAR, que informasse o consumo mensal da Unidade Consumidora no imóvel situado na Rua Claudio Santos, nº 301, no Município de Carazinho, em nome de Paulo Sergio Alves, no período que compreende de janeiro até o consumo mais recente registrado.

No dia 22.06.2021, a ELETROCAR forneceu os documentos relativo ao requerimento, (fls. 263 e 264).

Requerimentos do dia 22.06.2021:

O vereador Bruno Berté protocolou requerimento à Prefeita em exercício Valéska Walber, reiterando o pedido realizado sobre informações de controles na Secretaria de Obras. Reitera o pedido da cópia integral dos processos das ações possessórias, pedido realizado em 08.06.2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



No dia 23 de junho de 2021 a Secretaria de Obras informou que, nos anos de 2017 e 2018, não tinha porteiros nas guaritas, somente no final de 2019, passou a ter funcionários terceirizados. Também informou que em 18 de fevereiro de 2021, emitiu determinação em anexo, para que os responsáveis pela guarita exerçam controle sobre todos os veículos que ingressarem na Secretaria de Obras, discriminados no ofício 119/2021 (fls. 214 e 215). Juntou planilha do controle de veículos, entrada e saída (fls. 216 a 262).

No dia 28.06.2021, à fl. 273, a Secretaria de Obras informou a relação dos nomes dos vigilantes responsáveis que laboraram ou laboram na segurança da Secretaria de Obras, terceirizados junto à empresa MZ SEGURANÇA PRIVADA LTDA.

DAS OITIVAS

A Comissão Parlamentar de Inquérito, no transcorrer da investigação, ouviu 14 (quatorze) depoimentos dos investigados e pessoas que pudessem elucidar as suspeitas de irregularidades, objeto da presente CPI, são elas:

- Reinaldo Cavalheiro Vargas;
- Hermes Facin Krzyzaniak;
- Gelson Antônio de Oliveira Costa;
- Paulo Sergio Alves;
- Elio Tadeu dos Santos Pereira;
- Cledi Ferreira Pereira;
- Rogerio Vogelei Anhaya;
- Tatiane Marques de Castro;
- Luiz Fernando Cavalheiro;
- Estevão De Loreno;
- Milton Schmitz;
- Jorge Dutra;
- Vanderlei Eugenio Lopes;
- Cleber Geremias Prates.

A oitiva do Sr. Reinaldo Cavalheiro Vargas foi na reunião da CPI de nº 04, no dia 06 de abril de 2021.

Síntese do seu depoimento: tomou conhecimento do ofício da Defensoria Pública. A Tatiane Marques de Castro, estava encaminhando o pedido de ligação de água e luz. A Defensoria pede para que a Secretaria de Planejamento forneça o numeral e a verificação da regularidade do imóvel. Seu colega Hermes, realizou a vistoria e verificou se tratar de construção em área de propriedade do Município de Carazinho. O Prefeito a ser comunicado das irregularidades, determinou aos fiscais que realizassem a notificação para desocupação das áreas. Prefeito também determinou um levantamento pelos topógrafos de toda a área da Secretaria de Obras. O Secretário De Loreno, não se opôs e os deixou livres para realizar o trabalho. No levantamento, foi verificada a ocupação de três construções específicas e mais oito com avanço dos terrenos no pátio da Secretaria de Obras. Os avanços dos terrenos, não é possível determinar quando ocorreram. As ligações clandestinas de luz nas casas não foi possível verificar se houve ou não. A casa ocupada por Paulo Sergio Alves, possui água e energia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



elétrica fornecida pela CORSAN e ELETROCAR. Que existe portões das casas lindeiras que dão acesso à Secretaria de Obras. Existe uma cocheira, com fornecimento de água e luz pelo Município. Que o Prefeito Milton, através de uma portaria, criou critérios para o fornecimento de numeral para imóveis irregulares. Reinaldo, deixou mapas e documentos na CPI.

A oitiva de Hermes Facin Krzyzaniak ocorreu na reunião nº 04 da CPI, no dia 06 de abril de 2021.

Síntese do depoimento: Tomou conhecimento da irregularidade, através de um protocolo pedindo o fornecimento de numeração. Reinaldo, Hermes e Vanderlise, tiveram uma reunião, onde Reinaldo expôs que estavam pedindo numeração de uma área da Secretaria de Obras. Hermes respondeu pelo indeferimento do pedido. A pedido do Prefeito, realizou levantamento da área da Secretaria de Obras, para verificação de possíveis irregularidades. De Loreno, liberou para a vistoria e não tiveram acompanhamento de nenhum funcionário das obras. Foi verificada a construção de três casas e uns avanços na cerca de outros lindeiros. Oito avanço de cercas. Possui a identificação no mapa do levantamento, inclusive fotográfico. A casa do Sergio, possui água e luz, regularizada. Não sabe se nas outras casas possui ligação clandestina, apenas na cocheira. Declarou que soube das notificações e ações do Departamento Jurídico, sobre as três casas na área das obras.

A oitiva de Gelson Antônio de Oliveira Costa ocorreu na reunião nº 05 da CPI, no dia 06 de abril de 2021.

Síntese do depoimento: Declarou que possui renda em torno de R\$ 1.800,00 mensais. Não possui filiação partidária. Não fez campanha para nenhum candidato. A autorização para construção da casa, foi do De Loreno, Fernando Cavalheiro, Vanderlei Lopes, Jorge Dutra e o Prefeito passou lá, viu a construção. Não teve fornecimento de água e luz, não recebeu material do município para construção. Sabe que a colega Tati também estava construindo. Pelo que sabe foi autorizada pelas mesmas pessoas. Recebe água e luz do Teio. Viu avanços no terreno de outras moradias. Não sabe se os demais avanços foram autorizados ou receberam algum material da Secretaria de Obras. Foi notificado para desocupar o local. Consultou o advogado e se recusou a assinar a notificação. Não ofereceram nada para admitir que tinha invadido. Todos os funcionários tinham conhecimento da construção. A área possui em torno de 60 famílias morando.

A oitiva de Paulo Sergio Alves ocorreu na reunião nº 05 da CPI, no dia 06 de abril de 2021.

Síntese do depoimento: Que reside na casa nº 301, da Rua Claudio Santos. Mora com a esposa e filho. Falou com o De Loreno para arrumar um terreno. De Loreno, disse que iria ver o que podia fazer. A casa que mora estava abandonada e toda suja, tinha sido oferecida a outras duas pessoas para morar e não quiseram. O Vanderlei Lopes, ofereceu a casa aos demais, a casa estava sendo invadida. Avisou que a casa estava sendo invadida por pessoas estranhas, daí o Vanderlei autorizou a morar. Tem ligação de água e luz desde que foi morar lá. Ampliou a casa para poder morar com a família. Fornece luz e água para Tati. Que tem um fio de luz da sua casa para o galpão, pois tem algumas coisas lá. Não recebeu material de construção. Todos das obras sabiam que morava na casa. Foi notificado para deixar a casa. Os materiais de construção entravam pelo portão das obras. Não houve



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



motivação política para morar na casa. Apoiou o De Loreno pela pessoa que é e pelo trabalho que fez nas Obras. Eu posso votar em quem eu quero.

A oitava de Elio Tadeu Santos Pereira ocorreu na reunião nº 06 da CPI, no dia 22.04.2021.

Síntese do depoimento: É servidor público desde 1985. Não ocorreu avanço no terreno das obras, inclusive tem árvores no local que plantou há 15 anos. Somente fez uma cerca nova. Nunca teve vinculação política. Em trinta anos que mora no local, nunca houve oposição.

A oitava de Cledi Ferreira Pereira ocorreu na reunião nº 06 da CPI, no dia 22.04.2021.

Síntese do depoimento: É motorista concursado há 15 anos. Não recebeu autorização para avançar o terreno, vez que não houve avanço e sim o levantamento da cerca. Não sabe sobre as construções mencionadas. Não tem ligação política com ninguém.

A oitava de Rogério Vogelei Anhaya ocorreu na reunião nº 06 da CPI, no dia 22.04.2021.

Síntese do depoimento: É mecânico auxiliar concursado. Não avançou terreno, apenas levantou a cerca. Mora há 30 anos no local. Sobre as outras construções, disse nada saber. Nunca teve vinculação política.

A oitava de Tatiane Marques de Castro ocorreu na reunião nº 07 da CPI, no dia 29.04.2021.

Síntese do depoimento: É servente concursada há 11 anos. Não fez campanha política para ninguém, não tem vinculação política. Quem autorizou a construir foi o De Loreno, Fernando Cavaleiro e Vanderlei Lopes. Não deram garantia que podia morar lá. Pediu ligação de água e luz através da Defensoria Pública. Foi negado. Usa a luz e água do Paulo, Teio. Não recebeu material de construção do Município. De Loreno, ofereceu ajuda no aluguel para deixar o local. Não foi procurada por nenhum investigado ou algum político. Não houve nenhum tipo de benefício ao De Loreno. Não acha que houve má fé do De Loreno. Percebe R\$ 1.400,00 mensais.

A oitava de Luiz Fernando Cavaleiro ocorreu na reunião nº 08 da CPI, no dia 04.05.2021.

Síntese do depoimento: Exerce o cargo de Diretor de Obras. Tem conhecimento da construção das casas e da ocupação da casa pelo Paulo Sergio Alves. Não sabe quem autorizou. Como tinha sido feito uma casa pelo Departamento de Habitação, para abrigar o seu Louva Deus, achou que as construções eram da habitação. Não viu entrar material para construção das casas. Não houve avanço no seu terreno e sim a construção de cerca onde já tinha sua horta. A Secretaria de Obras tem monitoramento eletrônico. O guarda faz o registro da entrada e saída do pessoal que trabalha nas obras. Passa o maior tempo trabalhando na rua e pouco fica na secretaria. Nunca passou em frente das casas com o Prefeito. Nunca teve oposição na construção da sua casa. O único prefeito a abrir uma



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



sindicância sobre as invasões foi o Milton. As invasões ocorreram em diversas administrações. O Reinaldo, sempre teve conhecimento das invasões, inclusive queria cobrar uma taxa de cada um para legalizar as casas.

A oitiva de Estevão De Loreno ocorreu na reunião nº 08 da CPI, no dia 04.05.2021.

Síntese do depoimento: Nunca autorizou construção na área das obras. Viu a construção das duas casas, mas achou que era no mesmo molde de uma casa construída lá, num acordo com o Ministério Público. Não tem conhecimento quem autorizou as construções. Não foi utilizado material da secretaria de Obras, acredita que da habitação também não. Não existia nenhum controle, hoje tem controle de entrada e saída de todos nas obras, tem guarda terceirizada. Alarmes, monitoramento. Foi notificado os moradores e ação de reintegração de posse. Não viu entrar material de construção para as casas. Não sabe de ampliação de terrenos. Imagina que o motivo que levou os funcionários a dizerem que ele autorizou a construção, foi para ter êxito na justiça. Todo o entorno da secretaria de obras tem invasão. Os funcionários que construíram são de padrões baixos.

A oitiva de Jorge Luis da Silva Dutra ocorreu na reunião nº 08 da CPI, no dia 04.05.2021.

Síntese do depoimento: Confirmou que autorizou a ligação de luz e água na casa ocupada por Paulo Sergio Alves, na Rua Claudio Santos, nº 301. A pedido do Vanderlei, assinou autorização temporariamente até que a casa fosse desocupada. O Prefeito não sabia da autorização e nem foi avisado. Que autorizou por uma questão humanitária, até que se resolvesse a situação. Não tem conhecimento das outras construções.

A oitiva de Milton Schmitz ocorreu na reunião nº 09 da CPI, no dia 13.05.2021.

Síntese do depoimento: Não tomou conhecimento da autorização para ligação de água e luz em nome Paulo Sergio Alves. Após tomar conhecimento determinou a notificação das três pessoas que estavam em situação irregular na área da secretaria de obras. Determinou abertura de Sindicância e ingresso de ação de reintegração de posse. Não sabe se o De Loreno tinha conhecimento das invasões.

A oitiva de Vanderlei Eugênio Lopes ocorreu na reunião nº 10 da CPI, no dia 20.05.2021.

Síntese do depoimento: Que na casa da Rua Claudio Santos, estava ocorrendo depredação, drogados invadindo. Daí foi colocado o Paulo Sergio para cuidar. Foi autorizado a ligação de água e luz para não usar da Prefeitura. Não houve doação de material para as pessoas. A intenção do Paulo morar na casa foi de preservar o patrimônio público que estava sendo depredado. Foi em caráter provisório a ocupação, se fosse definitiva teria sido elaborado um termo de permissão de uso para moradia.

A oitiva de Cleber Geremias Prates ocorreu na reunião nº 11 da CPI, no dia 28.06.2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



Síntese do depoimento: Calceteiro concursado desde de 2011. Sabe da existência das construções das casas. Mora o Teio, Chico e a Tati. Não sabe quando construíram e ocuparam as casas, se encontrava em licença. Nunca viu alguém avançando terrenos. Viu o pessoal da topografia fazendo levantamento da área. Não tem conhecimento de fornecimento de água e luz pela secretaria de obras. Tem comentários que o De Loreno autorizou as construções.

DA CONCLUSÃO

Após detalhada análise da farta documentação requerida pela CPI e suas respostas, depoimentos dos investigados, dos servidores responsáveis pelas construções das duas casas e a ocupação de uma casa de propriedade do Município de Carazinho, dos topógrafos responsáveis pelo levantamento da área da Secretaria de Obras e das construções irregulares, testemunhas, é possível concluir que houve um excelente trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dos fatos que deram origem a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, passamos a relatar.

a) A ocupação irregular de bem público de propriedade do Município de Carazinho, que abriga as instalações e equipamentos da Secretaria de Obras, localizada na Vila Rica, nas quadras definidas pelas Ruas Claudio Santos, Rua Lourival Vargas, Rua Frederico Ozanan e Rua John Kennedy.

Conforme depoimentos dos topógrafos, Reinaldo Cavalheiro Vargas e Hermes Facin Krzyzaniak, aportou na Secretaria de Planejamento de um pedido da Defensoria Pública, para fornecimento de número para ingressar com ação judicial solicitando ligação de água e luz, na Rua Claudio Santos, em nome de Tatiane Marques de Castro.

Em vistoria no imóvel, conforme prevê Portaria nº 265 de 19 de abril de 2017, emitida pelo Prefeito Milton, verificou-se tratar de uma área da Secretaria de Obras. Levado ao conhecimento da Secretária de Planejamento a ocupação irregular, esta comunicou o Prefeito, que imediatamente, determinou a notificação para deixarem o local no prazo de 30 dias. As notificações foram emitidas pelo fiscal aos três moradores, Tatiane, Paulo e Gelson. Os mesmos, negaram-se a assinar.

As notificações foram realizadas em 26 de fevereiro de 2021, data anterior ao requerimento de abertura de CPI, dia 01 de março de 2021.

Dia 02 de março de 2021 foi determinado pelo Prefeito Municipal a abertura de Sindicância para investigar as possíveis irregularidades, bem como determinou ajuizamento de ação de reintegração de posse das áreas ocupadas irregularmente.

Prefeito determinou levantamento topográfico e fotográfico na área da Secretaria de Obras, com apontamento das construções ou ocupações irregulares.

Os Topógrafos Reinaldo e Hermes, realizaram o relatório da situação. Onde constatou-se a construção irregular de duas casas, avanços em oito terrenos e uma cocheira (fls. 66 a 75).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



Nas oitivas, todos confirmaram a existência das construções das duas casas.

Portanto, a materialidade está comprovada. Realmente houve a construção irregular na área das obras, sendo uma casa da Tatiane e outra do Gelson. Também uma ocupação irregular por parte de Paulo Sergio Alves em uma casa de propriedade do Município de Carazinho.

As ações ingressadas na Justiça, para reintegração de posse, se encontram em regular andamento, conforme documentos juntados nos anexos VII, VIII, IV.

A autoria da autorização para a construção das casas, há muitas controvérsias. Os servidores que construíram as casas, indicam como sendo os responsáveis pela autorização, o Estevão De Loreno, Luiz Fernando Cavalheiro e Vanderlei Lopes. Não apresentaram nenhuma prova nesse sentido, além da testemunhal.

Todos os servidores ouvidos pela CPI afirmaram não ter nenhuma vinculação política.

O investigado Luiz Fernando Cavalheiro foi citado como um dos responsáveis pela autorização da construção das casas na área das obras, pelos servidores Tatiane e Gelson.

Luiz Fernando Cavalheiro, em seu depoimento, disse que viu as construções das casas e pensou em se tratar de construções iguais a uma construção da Habitação, onde foi colocado "louva Adeus", como passa o maior tempo na rua que na Secretaria de Obras, não deu importância para as construções. Que todo o entorno da Secretaria possui moradias em área do Município.

Em análise de toda documentação juntada, em todos os depoimentos, somente os dois servidores que construíram irregularmente citam seu nome.

Não há documento que prove que Luiz Fernando Cavalheiro tenha autorizado a construção das casas na área da Secretaria de Obras.

O investigado Estevão De Loreno, em seu depoimento negou ter autorizado a construção das duas casas, bem como não autorizou a ocupação da casa de propriedade do Município de Carazinho. Disse, que viu as construções, mas pensou ser semelhante a construção da casa construída anteriormente pelo Departamento de Habitação. Os depoimentos dos demais investigados são no mesmo sentido, não sabem quem autorizou as construções.

Os servidores Elio, Cledi, Rogerio, Reinaldo e Hermes, não mencionaram o nome do Estevão De Loreno como sendo o responsável pela autorização. O Servidor Cleber, disse ter ouvido comentários.

Não se verifica, além das afirmações dos servidores que construíram irregularmente as casas na área da Secretaria de Obras, nenhum indício que Estevão De Loreno, tenha autorizado a construção das casas, bem como da ocupação da casa de nº 301, na Rua Claudio Santos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



O investigado Vanderlei Eugênio Lopes, era à época, Diretor do Departamento de Habitação, e por promoção do Ministério Público, para que viabilizasse uma moradia para a família do Sr. Manoel Aldorino Martins de Oliveira, um casal de idosos e um filho com deficiência mental, vez que a moradia do mesmo queimou com perda total. Disse, que indicou mais 10 locais, mas o seu Manoel queria permanecer perto do local onde morava. Que a construção da casa foi regular, com aprovação do Conselho Municipal de Habitação. A construção se deu na Rua Claudio Santos, nº 301.

Após a morte do casal e o filho internado. A casa ficou abandonada e vândalos começaram a depredá-la, além de ser frequentada por usuários de drogas. O servidor Paulo Sergio, também confirma que a casa estava sendo invadida. Em seu depoimento, o servidor Paulo Sergio Alves pediu para cuidar do local, que foi colocado provisoriamente para evitar o perdimento do patrimônio público.

O investigado, Vanderlei Lopes, afirmou que autorizou juntamente com Jorge Luis da Silva Dutra a ligação de luz e água em nome do Paulo, para evitar que usasse da Secretaria de Obras. Disse, ainda, que se fosse para morar definitivo teria um Termo de Uso para Moradia, como as demais moradias legalizadas.

Quanto à acusação de ter autorizado aos dois servidores, Tatiane e Gelson, a construir casas na área da Secretaria de Obras, Vanderlei negou, e disse que nunca soube de qualquer pedido de construção no local.

Nenhum documento demonstra que Vanderlei tivesse autorizado alguma construção na área da Secretaria de Obras, sendo juntado ao processo apenas o documento autorizando a ligação de água e luz em nome de Paulo Sergio Alves, na Rua Claudio dos Santos, nº 301.

O investigado Jorge Luis da Silva Dutra disse em seu depoimento que autorizou juntamente com o Vanderlei Eugênio Lopes, na época Diretor de Habitação, a ligação de água e luz no nome de Paulo Sergio Alves, por se tratar de caráter provisório, até a situação se resolver. Que assim, o servidor não usaria luz e água da secretaria.

O investigado Milton Schmitz, Prefeito Municipal, disse ter sido surpreendido pela notícia das construções irregulares na área da Secretaria de Obras. Que quando avisado pela Vanderlise, Secretária de Planejamento, imediatamente determinou a notificação das pessoas para deixarem o local. Determinou levantamento topográfico e fotográfico, acompanhando de relatório. Determinou o ingresso com ação de reintegração de posse das casas.

Os topógrafos da Secretaria de Planejamento, confirmaram as determinações do Prefeito Municipal.

As medidas tomadas pelo Sr. Prefeito Municipal, Milton Schmitz, estão todas documentadas na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por derradeiro, não houve prejuízo ao patrimônio do Município de Carazinho, vez que as casas serão reintegradas ao Município. Não há prova de nenhuma espécie de vantagem, de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



ordem política, monetária, ou diversa por parte dos investigados. Também não há prova de que houve doação de materiais de qualquer espécie para a construção das moradias irregulares na área da secretaria de obras.

O investigado Paulo Sergio Alves, que passou a ocupar a casa em 2019, disse que a mesma estava sendo invadida e partir daí foi morar na mesma e limpou toda a casa que encontrava-se em mau estado de conservação. Que duas pessoas não tinham aceitado morar na casa. Que foi oferecido pelo Vanderlei Lopes. Fez melhorias na casa, gastou com aumentos na casa. Que mora com a família e que não tem para onde ir. Possui baixo salário. Que não usava luz da secretaria. Que pediu ligação de água e luz em seu nome. Que o fio da sua casa para o galpão é porque possui algumas coisas lá no porão. Que fornece água e luz para a casa da Tatiana. Que a casa não teve vinculação política ou outra vantagem.

O levantamento pelos topógrafos não acusaram existir fornecimento de água e luz nas casas. Houve menção num fio estranho entre a casa do Paulo Sergio e o galpão, mas foi explicado que partia da casa de Paulo o galpão. Os próprios topógrafos, disseram que somente um técnico em eletricidade poderiam esclarecer.

A investigada Tatiane Marques de Castro, construiu uma casa na área da Secretaria de Obras. Disse que foi autorizada pelo Estevão De Loreno e Luiz Fernando Cavalheiro. Não apresentou nenhum documento de autorização. Afirmou que não recebeu material de construção do município. Que realizou a construção através de empréstimos, sua licença e férias. Que procurou a Defensoria Pública para ligação de luz e água, mas não conseguiu. Que usa água e luz do Paulo e paga para ele.

O investigado Gelson Antônio de Oliveira Costa, assim como Tatiane, afirmou que realizou a construção dentro da área da Secretaria de Obras com recursos próprios. Disse que Vanderlei Lopes, Estevão De Loreno, Luiz Fernando Cavalheiro, Jorge Dutra e o prefeito sabiam da construção, porém não apresentou nenhum documento provando a autorização.

Assim, diante dos fatos investigados pela CPI, somente restou provado a construção irregular das duas casas, de Gelson Antônio de Oliveira e Tatiane Marques de Castro, e a ocupação indevida da casa de propriedade do Município por Paulo Sergio Alves.

A responsabilização dos investigados, bem como o aprofundamento da investigação, poderá se dar pela Delegacia de Polícia e pelo Ministério Público Estadual.

No levantamento topográfico e relatório surgiram apontamentos estranhos ao objeto da CPI, mas que merecem a tomada de medidas.

Diante de todo o exposto, sugiro:

a) Que seja construído um muro na área da Secretaria de Obras, para evitar possíveis tentativas de invasões e furtos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAZINHO
CAPITAL DA HOSPITALIDADE E DA LOGÍSTICA



- Obras;
- b) Que seja melhorado o controle de entrada e saída de veículos na Secretaria de Obras;
 - c) Que o Departamento de Habitação não forneça autorização de ligação de água e luz sem os devidos trâmites legais;
 - d) Que o Departamento de Habitação não coloque moradores em imóveis do Município sem os devidos trâmites legais;
 - e) Que seja enviada cópia de toda a documentação da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Ministério Público Estadual e a Delegacia de Polícia, atendendo os requerimentos apresentados;
 - f) Que seja realizada uma avaliação mais aprofundada das supostas invasões de terrenos lindeiros à Secretaria de Obras;
 - g) Que seja determinado o fechamento de qualquer outro acesso à área da Secretaria de Obras, somente sendo utilizada uma entrada;
 - h) Que seja verificada a situação da existência de coqueira e cedência de luz e água na mesma.

Carazinho, 14 de julho de 2021.

Alcindo Martins de Quadros
Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito